



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42073 - DF (2021/0226329-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECLAMANTE : LUIS ADRIANO BATISTA DA SILVA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO PEIXOTO DE ARAUJO - DF059422
LEANDRO ARAUJO DA ROCHA - DF055762
ALEXANDRE DA SILVA MANGUEIRA - DF059673
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
INTERES. : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : CAMILA MARINHO CAMARGO - DF041373
RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - DF045892
ERNESTO BORGES NETO E OUTRO(S) - MS006651

DECISÃO

Trata-se de reclamação ajuizada por LUIS ADRIANO BATISTA DA SILVA apontando como decisão reclamada o acórdão do TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS, proferido no julgamento da Apelação n. 0707351-23.2019.8.07.0009.

Para tanto, afirma que sofreu acidente automobilístico, razão pela qual ajuizou ação de cobrança objetivando o recebimento de indenização de seguro DPVAT, cujo pedido foi parcialmente acolhido pelo juízo de origem.

Narra que a Seguradora interpôs apelação cível, que foi provida pelo Colegiado *a quo*, cujo entendimento vem de encontro à orientação desta Corte acerca do tema, sedimentado na Súmula n. 257 do STJ.

Defende que não há distinção entre o caso em comento e a jurisprudência deste Sodalício, razão pela qual interpôs recurso especial, que não foi conhecido por ter sido considerado intempestivo.

Ressalta que não há *"qualquer limitação da Súmula em comento quanto a sua aplicação frente a segurados proprietários ou não do veículo envolvido no acidente automobilístico"* (e-STJ fl. 9).

Requer a suspensão do processo, de modo a evitar dano irreparável ocasionado pelo trânsito em julgado (art. 989, II, do CPC). No mérito, pugna pelo provimento da reclamação para cassar e sustar os efeitos do acórdão de origem.

É o relato do necessário. Decido.

De início, cumpre registrar que, de acordo com o art. 105, inciso I, alínea f, da Constituição Federal, cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, *"a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões"*.

A par dessa premissa, o Regimento Interno dispõe, em seus arts. 187 e seguintes, as hipóteses de cabimento da reclamação e seu procedimento no âmbito desta Corte.

No caso posto, contudo, não há como se processar a presente reclamação.

É que, a pretexto de fazer prevalecer o entendimento sedimentado na Súmula n. 257 do STJ, busca a parte provimento jurisdicional no sentido de que se

desconsiderar a ocorrência de pagamento do seguro do DPVAT, para fins de recebimento da indenização a que alega ter direito.

Ocorre que, na esteira da jurisprudência desta Corte, não cabe reclamação visando a reforma ou a anulação de decisões judiciais que não tenham adotado o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, ainda que sedimentado em enunciado de Súmula.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. DESCABIMENTO DE RECLAMAÇÃO CONTRA ALEGADA VIOLAÇÃO DE SÚMULA E DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE.

1. A Reclamação dirigida ao STJ não se presta a proteger o jurisdicionado de decisões judiciais que não tenham seguido o posicionamento majoritário da jurisprudência desta Corte ou tese posta em enunciado de súmula deste Tribunal. Tal entendimento deflui do fato de que o único inciso do art. 988 do CPC/2015 que faz alusão ao cabimento de Reclamação para garantir a observância de enunciado de súmula é o inciso III que restringe a proteção da Reclamação à ofensa às súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

2. Não sendo admissível a reclamação, é inviável o conhecimento da matéria nela posta, ainda que se trate de questão penal de ordem pública.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na Rcl 41.479/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/03/2021, DJe 29/03/2021)

Com semelhante orientação:

RECLAMAÇÃO. RECURSO ESPECIAL AO QUAL O TRIBUNAL DE ORIGEM NEGOU SEGUIMENTO, COM FUNDAMENTO NA CONFORMIDADE ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO STJ EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (RESP 1.301.989/RS - TEMA 658). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO NO TRIBUNAL LOCAL. DESPROVIMENTO. RECLAMAÇÃO QUE SUSTENTA A INDEVIDA APLICAÇÃO DA TESE, POR SE TRATAR DE HIPÓTESE FÁTICA DISTINTA.

DESCABIMENTO. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de reclamação ajuizada contra acórdão do TJ/SP que, em sede de agravo interno, manteve a decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto pelos reclamantes, em razão da conformidade do acórdão recorrido com o entendimento firmado pelo STJ no Resp 1.301.989/RS, julgado sob o regime dos recursos especiais repetitivos (Tema 658).

2. Em sua redação original, o art. 988, IV, do CPC/2015 previa o cabimento de reclamação para garantir a observância de precedente proferido em julgamento de "casos repetitivos", os quais, conforme o disposto no art. 928 do Código, abrangem o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e os recursos especial e extraordinário repetitivos.

3. Todavia, ainda no período de vacatio legis do CPC/15, o art. 988, IV, foi modificado pela Lei 13.256/2016: a anterior

previsão de reclamação para garantir a observância de precedente oriundo de "casos repetitivos" foi excluída, passando a constar, nas hipóteses de cabimento, apenas o precedente oriundo de IRDR, que é espécie daquele.

4. Houve, portanto, a supressão do cabimento da reclamação para a observância de acórdão proferido em recursos especial e extraordinário repetitivos, em que pese a mesma Lei 13.256/2016, paradoxalmente, tenha acrescentado um pressuposto de admissibilidade - consistente no esgotamento das instâncias ordinárias - à hipótese que acabara de excluir.

5. Sob um aspecto topológico, à luz do disposto no art. 11 da LC 95/98, não há coerência e lógica em se afirmar que o parágrafo 5º, II, do art. 988 do CPC, com a redação dada pela Lei 13.256/2016, veicularia uma nova hipótese de cabimento da reclamação. Estas hipóteses foram elencadas pelos incisos do caput, sendo que, por outro lado, o parágrafo se inicia, ele próprio, anunciando que trataria de situações de inadmissibilidade da reclamação.

6. De outro turno, a investigação do contexto jurídico-político em que editada a Lei 13.256/2016 revela que, dentre outras questões, a norma efetivamente visou ao fim da reclamação dirigida ao STJ e ao STF para o controle da aplicação dos acórdãos sobre questões repetitivas, tratando-se de opção de política judiciária para desafogar os trabalhos nas Cortes de superposição.

7. Outrossim, a admissão da reclamação na hipótese em comento atenta contra a finalidade da instituição do regime dos recursos especiais repetitivos, que surgiu como mecanismo de racionalização da prestação jurisdicional do STJ, perante o fenômeno social da massificação dos litígios.

8. Nesse regime, o STJ se desincumbe de seu múnus constitucional definindo, por uma vez, mediante julgamento por amostragem, a interpretação da Lei federal que deve ser obrigatoriamente observada pelas instâncias ordinárias. Uma vez uniformizado o direito, é dos juízes e Tribunais locais a incumbência de aplicação individualizada da tese jurídica em cada caso concreto.

9. Em tal sistemática, a aplicação em concreto do precedente não está imune à revisão, que se dá na via recursal ordinária, até eventualmente culminar no julgamento, no âmbito do Tribunal local, do agravo interno de que trata o art. 1.030, § 2º, do CPC/15.

10. Petição inicial da reclamação indeferida, com a extinção do processo sem resolução do mérito.

(Rcl 36.476/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/02/2020, DJe 06/03/2020)

Ante o exposto, indefere-se liminarmente a reclamação.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência